

O SISTEMA DE SÉRIES COMO BASE INTELLECTUAL DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Cássio Murilo Alves Costa Filho¹

RESUMO: Analisa as principais características do sistema de sériese sua relevância para a descrição arquivística contemporânea. Para isso, investiga seu contexto de surgimento, sua influência na ressignificação do princípio da proveniência e o seu processo de aceitação no âmbito internacional. Por fim, analisa sua utilização como base teórica da Arquivologia Australiana, sua aplicação na gestão de documentos digitais e sua relevância na desconstrução do modelo tradicional de descrição arquivística.

Palavras-chave: Arquivologia australiana. Descrição arquivística. Peter Scott. Records Continuum. . Sistema de series.

THE SERIES SYSTEM AS INTELLECTUAL BASIS OF CONTEMPORARY ARCHIVAL DESCRIPTION

ABSTRACT: It analyses the main characteristics of series system and its relevance for contemporary archival description. For this purpose, it investigates its context of emergence, its influence on resignification of principle of provenance and its process of acceptation in international scope. Finally, it analyses its use as theoretical foundation of Australian Archival Theory, its application in digital records management e its relevance on deconstruction of traditional model of archival description.

Keywords: Australian archivology. Archival description. Peter Scott. Records Continuum. . System of series.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1960 pode ser considerada como o marco para a configuração de uma teoria arquivística própria da Austrália. Tem-se nesse período, além da autonomia da ArchivesDivision Office, as mais importantes contribuições de Ian Maclean e seus colegas. Cunningham (2011) sinaliza que o trabalho desenvolvido à época era bastante influenciado pelos textos de Sir Hilary Jenkinson e, em consequência, pelo modelo de prática arquivística desenvolvido pelo Public Records Office, em Londres. Ademais, havia o legado de

¹ Doutorando em Ciência da Informação, Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília. Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal. E-mail: acosta.cassio@gmail.com.

Schellenberg, o que levou os arquivistas australianos a tentativas de utilização da abordagem de fundos, em especial do conceito de recordgroup. De acordo com Laura Millar:

Como o Manual dos arquivistas holandeses encontrou seu caminho por toda a Europa, o termo holandês “archieff” desenvolveu-se em “fonds d’archives” na França, “Provenienzprinzip” na Alemanha, “fondo” na Itália e Espanha, e “ArchiveGroup” na Inglaterra. Com cada mudança na terminologia, cada tradução e redefinição, veio uma maior ênfase em uma visão custodial. Arquivistas gerenciavam os materiais nas mãos, e a proveniência desses materiais estava ligada a um único criador, mais frequentemente à última pessoa ou órgão responsável. (MILLAR, 2012, p. 12).

De acordo com Duranti e Franks (2015) o conceito de recordgroup foi desenvolvido nos Estados Unidos da América no âmbito do FindingMediumsCommittee, o qual tinha como objetivo auxiliar o Arquivo Nacional americano a descobrir como demarcar agrupamentos distintos de documentos federais que eram recolhidos. Por meio de um memorando de 1941, tem-se a primeira definição formal do termo recordgroup. Basicamente, vetou-se o uso do termo “coleção”, que remetia às práticas das bibliotecas, e descartou-se o uso do termo “fonds”, que segundo Fenyó (1966, p. 229, tradução nossa) “ninguém tinha certeza do que a palavra significava, a não ser os franceses”.

Macleon constatou que a aplicação da abordagem trazida pelo conceito de recordgroup para o controle intelectual dos arquivos australianos era ineficiente. Tendo como base as lições previstas no Manual dos Arquivistas Holandeses, depreende-se que os arquivos só podem ter uma proveniência. Entretanto, Cunningham (2005) entende que tal fato não reflete a realidade. Para o autor, o mundo real é um lugar complexo e tal complexidade resulta em inter-relacionamentos dinâmicos entre diferentes organizações produtoras de documentos. Um exemplo claro dessa complexidade é a constante mudança administrativa nos governos e em grandes corporações.

A paisagem burocrática australiana é perpetuamente mutável, com constantes realocações de funções entre um conjunto de unidades administrativas, agências governamentais e departamentos ministeriais extremamente instáveis. Embora essa tendência tenha se tornado mais perceptível com o passar do tempo, histórias administrativas complexas sempre foram uma das características dos empreendimentos burocráticos australianos. Quando funções são realocadas, os documentos são normalmente realocados com elas. Por exemplo, entre 1916 e 1945, a função de restrição de imigração (e os documentos relativos à performance de implementação dessa função) foi transferida para dez departamentos governamentais diferentes: Assuntos Externos; Interior e Territórios;

Assuntos Internos; do Primeiro-Ministro; Mercados e Migração; do Primeiro-Ministro; Transporte; Interior I; Interior II; e Imigração. (CUNNINGHAM, 2007, p. 80).

2AS LIMITAÇÕES DO RECORD GROUP E O SURGIMENTO DO SISTEMA DE SÉRIES

Cunningham (2007) acentua que de forma instintiva surgiram as primeiras ideias quanto à importância da análise do contexto de produção dos documentos, tendo em vista a verificação dos documentos como produtos de uma história administrativa complexa. No começo da década de 1960, a equipe do CAO, tendo como principais representantes Ian Maclean, Keith Penny e Peter Scott, passa a pensar em uma abordagem alternativa para a descrição e o controle dos documentos. Peter Scott, em 1964, faz a sugestão radical de se abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos e apresenta como proposta a adoção da série, baseada em funções.

Os fatores que sucederam a decisão pelo abandono do conceito de recordgroup estavam estreitamente ligados aos problemas advindos pela sua aplicação no âmbito dos arquivos australianos. Tais problemas são enumerados por Scott (1966):

- Sucessivas transferências de custódia de documentos entre órgãos: nesse caso, tem-se a criação de séries documentais por um órgão e sua separação e transferência por outros órgãos. Como exemplo, Scott cita o recebimento, pelo CAO, de partes de correspondências de diversos órgãos distintos que desempenharam uma mesma função. Na compreensão do autor, caso os documentos fossem integrar seus respectivos recordgroups, as séries documentais seriam separadas de sua primeira associação administrativa, o que resultaria em uma cisão permanente e em uma consequente destruição da ordem original;
- Criação de documentos por vários órgãos: Scott assinala que três possibilidades podem surgir nessa circunstância. A primeira consiste na atribuição do recordgroup ao último órgão produtor. O autor utiliza como exemplo a criação de uma série documental de correspondências no período de 1903 a 1938 pelo DepartmentofExternalAffairs até 1916, pelo Departmentof Home

and Territories, de 1916 a 1928, pelo segundo Department of Home Affairs, de 1928 a 1932, e pelo primeiro Department of Home Interior, a partir de 1932. A atribuição da série ao último produtor priva os outros órgãos de um importante conjunto de seus documentos e torna o recordgroup obscuro, uma vez que o último órgão se estabeleceu apenas em 1932 e não participou da criação da série a começar de 1903. A segunda, consiste na criação de um grupo composto por documentos criados pelo primeiro órgão produtor e seus sucessores. Scottt acentua que tal solução pode resultar na criação de grupos fictícios, que não fornecem o verdadeiro contexto administrativo para a interpretação dos documentos. A terceira possibilidade é a separação das séries e sua alocação conforme seu respectivo órgão produtor, de acordo com o recomendado por Jenkinson. Scott afirma que tal procedimento pode garantir o contexto administrativo, mas prejudica a ordem original e a organicidade dos documentos dentro das séries;

- Numeração das séries de acordo com o recordgroup: Scott entende que há uma sequência lógica entre as séries dentro de um grupo de documentos, que pode ser funcional, estrutural, por tipo, por classe ou cronológica. Quando uma nova série é incorporada, sua inserção na sequência lógica das séries é dificultada, posto que sua descoberta pode ocorrer em um momento posterior. Para Scott, a utilização do recordgroup não é suficiente para lidar com a flexibilidade da numeração das séries.
- A utilização do recordgroup para a determinação da localização dos arquivos: tendo em vista o armazenamento físico das séries em um arquivo, Scott aponta que o conceito de recordsgroup preconiza a ordenação das séries dentro do conjunto. Quando ocorre uma incorporação posterior ao conjunto — a título de exemplo, a série nº 2 de 50 —, Scott questiona se é necessária a realocação de todas as demais séries para a inclusão da nova série em sua posição correta. Desse modo, o autor conclui que o recordgroup não permite um armazenamento eficiente.
- A própria definição de recordgroup: Para Scott, existe um problema ocasionado pela ausência de uma interpretação consistente do conceito de recordgroup. Baseando-se no disposto por Jenkinson, Scott questiona a não abordagem quanto às subdivisões dos órgãos produtores, como as seções,

divisões e outros. Na percepção do autor, a arbitrariedade do conceito é suficiente para questionamentos quanto a sua utilidade.

Como solução para os problemas apresentados, Scott (1966) sugere o abandono do recordgroup como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Tal mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido a alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos. e também aos instrumentos utilizados para controlar as séries, como índices e registros.

No que se refere ao segundo componente do sistema, o controle do contexto, Scott estabelece a existência de quatro elementos básicos: administração², órgão³, família e pessoa.

A administração possui vínculos “interelementares” com os órgãos vinculados, por meio de sua estrutura. As administrações também se relacionam com outras diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente. Como exemplo, Scott (1966) cita as relações entre o governo da Austrália e o do Reino Unido. Os órgãos são ligados às administrações aos quais pertencem, às pessoas empregadas e às séries documentais produzidas. Os órgãos também se relacionam entre si diacronicamente — antecedentes e subsequentes — e estruturalmente, de acordo com os vínculos hierárquicos. Ademais, Scott (1966) estabelece que os órgãos são elementos livres dentro do sistema, pois podem se transferir entre administrações públicas, privadas, estaduais e federais. Tendo como exemplo, o autor cita a transferência dos Mercantile Marine Offices dos estados para a federação em 1922, e a transferência da Qantas Empire Airways, uma instituição privada até 1947, que passou a integrar a estrutura do governo federal.

Os outros dois elementos, família e pessoa, fornecem o contexto necessário para os arquivos de pessoas, famílias e, também, para os órgãos cujos documentos são produzidos por determinadas pessoas. As famílias se relacionam com as pessoas que as compõem e as pessoas se relacionam às suas respectivas famílias, aos órgãos a que estão associadas e às séries documentais que produzem. Scott (1966) estabelece que é necessária a criação de

² Na definição de Scott (1966), *organisatione* equivale a um governo ou uma instituição privada.

³ O termo órgão foi utilizado como correspondente de *agency*, definido por Scott (1966) como uma parte da *organisation* que possui um sistema de *recordkeeping* próprio.

registros de famílias e pessoas, a fim de que as relações entre pessoas, famílias e órgãos sejam registradas.

Quanto à documentação dos vínculos, Scott sugere a criação de um instrumento denominado Registro de Séries Documentais, que controla a numeração e registra a descrição das séries. Julgamos relevante expor uma adaptação do referido instrumento, a fim de que a compreensão sobre a aplicação prática do sistema de séries seja facilitada (Figura 2).

Scott (1966) assinala que o conceito de recordgroup limita a gestão de arquivos e é uma complicação desnecessária. Segundo o autor, a adoção do sistema de séries evita todas as dificuldades ocasionadas pelo arranjo físico e permite o estabelecimento de relacionamentos mais eficientes entre os documentos e seu contexto de criação. O foco de Scott não estava estritamente nas séries, mas sim no estabelecimento de uma distinção entre a descrição dos documentos e o contexto administrativo. A série, de acordo com Scott, oferecia o veículo mais eficiente para a descrição dos documentos. Entretanto, destacamos que as séries não foram artificialmente construídas por Scott e sua escolha pode ser justificada pela herança britânica, conforme exposto acima.

- Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e
- Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

É, portanto, essencial capturar a documentação desses relacionamentos, de modo a oferecer o conhecimento do contexto necessário para se compreender o conteúdo dos documentos. Cunningham entende que o sistema de séries australiano constitui uma dinâmica abordagem para o controle intelectual dos documentos. Utilizando o sistema, qualquer conjunto de documentos pode ser visto simultaneamente ou sucessivamente através de múltiplos prismas contextuais, que refletem a natureza dinâmica e contingencial da criação de documentos.

30 IMPACTO DO SISTEMA DE SÉRIES NA COMUNIDADE ARQUIVÍSTICA INTERNACIONAL

Muitas vezes vista como um ataque ao princípio da proveniência pela comunidade arquivística internacional, Scott possuía um entendimento diverso sobre sua abordagem, já que a considerava um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos. Cunningham considera que a visão australiana não vai de encontro ao determinado pelo princípio da proveniência, haja vista a compreensão de que a proveniência não pode ser reduzida a uma simples relação um a um entre o produtor dos documentos e os próprios documentos. “A visão simplista da proveniência, que é incorporada na abordagem de fundos na descrição arquivística, representa, para nós, uma corrupção do princípio arquivístico de *respectdesfonds*” (CUNNINGHAM, 2007, p. 81).

McKemmish, Piggott e Reed (2005) consideram Scott um dos primeiros teóricos a desafiar o consenso estabelecido pela abordagem de fundos. No entendimento de Scott, só era possível cumprir com o estabelecido pelo princípio de respeito aos fundos por meio do que ele intitulava “sistemas de controle de contexto”, que consistiam em sistemas de descrição de documentos que documentavam documentos e seus contextos. Logo, entende-se que a interpretação de Scott sobre os fundos era uma construção lógica, não física.

Kate Cumming (2010) sinaliza que a abordagem multicamadas para uma descrição contextual permite um potencial ilimitado de associações e relacionamentos a serem estabelecidos dentro e entre as entidades. Para a autora:

O sistema de séries funciona porque documentos e seu contexto evoluem e se inter-relacionam e, conseqüentemente, estruturas descritivas necessitam ser suficientemente flexíveis para acomodar esta evolução e inter-relação. Sistemas de recordkeeping também precisam incorporar múltiplas perspectivas, várias maneiras de ver, vários requisitos para a transmissão de significado através do tempo e vários pontos de vista diferentes para ver e compreender os processos de recordkeeping. O sistema de séries permite esse dinamismo e fluidez e, portanto, é uma forma de recordkeeping baseada no continuum em ação. (CUMMING, 2010, p. 45).

Para Laura Millar (2012), Peter Scott acreditava que o foco nas séries permitiria aos arquivistas a representação da natureza dinâmica dos documentos e a identificação não apenas do último criador, mas de todos os órgãos responsáveis pelos documentos ao longo do tempo.

Desse modo, a grande mudança proposta por Scott foi a separação da descrição dos documentos da descrição dos criadores, funções e atividades. A autora considera que Scott desafiou os arquivistas a repensarem o seu papel na gestão dos documentos modernos.

Barbara Reed (2012) entende que o sistema de séries foi delineado para uma aplicação prática dentro de uma instituição arquivística que enfrentava questões particulares: uma instituição muito recente lidando predominantemente com documentos do século XX e não muito incomodada com as restrições de acesso estabelecidas pela 50-year access rule. Para a autora, o sistema é baseado em um simples e elegante modelo de dados que identifica entidades estáveis de descrição e fornece flexibilidade ao permitir mudanças de relacionamentos entre as entidades a serem documentadas de acordo com as necessidades ao longo do tempo. O resultado é um sistema dinâmico que documenta pontos precisos de representações temporais e seu relacionamento com os criadores. Reed (2012) destaca que o sistema foi concebido para operar ao longo da gestão de todos os documentos de um órgão, isto é, os documentos que estão fisicamente alocados nos arquivos e os documentos que ainda estão em seus ambientes de criação. De acordo com a autora:

O sistema era inerentemente capaz de prover uma aplicação neutro-custodial para essa premissa. Implícito a esse fato está também o entendimento que sistemas de arquivo podem criar uma virtual, ao invés de física, representação do todo. Quando combinados, esses insights do sistema de séries provam-se aplicáveis aos documentos em todos os ambientes, em todos os tempos, não restrito ao governo ou a uma instituição particular — mas extensível, escalável e adequado para ambientes digitais complexos. (REED, 2012, p. 21).

É importante ressaltar a reação da comunidade arquivística internacional ante as proposições de Scott. A maior parte dos arquivistas da América do Norte rejeitaram as ideias de Scott. A publicação do artigo *The recordgroup concept: a case of abandonment?* no periódico *The American Archivist*, em 1966, não teve uma boa recepção. Hurley (2008) justifica que tal objeção deveu-se ao emprego da palavra “abandono” no título do artigo, o que fez com que muitos arquivistas condenassem as propostas como uma espécie de heresia, não apenas pelo abandono do fundo como objeto de descrição, mas principalmente pela renúncia a uma teoria que por tanto tempo subsidiou a descrição de estrutura e contexto e que conservava fielmente a proveniência e a ordem original. Ademais, a preferência de Scott pela série fez com o que seu sistema fosse desacreditado, pelos mesmos motivos apontados anteriormente. Entendemos que a principal virtude do sistema não está na escolha da série

como a principal entidade de descrição, e aquiescemos com a proposta realizada por Hurley (1994a), que considera o uso das séries como entidade preferida não é essencial para a aplicação do sistema, assim, o autor justifica sua predileção pelo termo *australian system*, ao invés de sistema de séries.

Millar (2012) considera que muitos arquivistas se perguntaram: por que mudar? A autora destaca que Meyer Fishbein do Arquivo Nacional americano não via necessidade de se alterar o status quo. Na Inglaterra, em 1972, Michael Roper afirmou que a solução radical de Scott não seria efetiva no Public Records Office, haja vista que o *archivegroup*, de Jenkinson, já funcionava bem para as coleções de documentos antigos. Para o francês Michel Duchein o conceito de *recordgroup*, conforme definido pelo Arquivo Nacional americano, era vago, mas o sistema de séries era errado. Duchein propunha o retorno da noção francesa de *fonds*, que segundo o autor, funcionava muito bem, mas era mal aplicada. Conquanto a pequena quantidade de debates na literatura arquivística, as propostas de Duchein se sobressaíram. No final da década de 1980, os arquivistas da Europa e da América do Norte decidiram pela adoção do *respectdesfonds* como base para a descrição de arquivos. De acordo com Millar (2012, p. 15, tradução nossa), “caso o termo *fonds* fosse adotado ou não, a essência da abordagem era custodial: a descrição se iniciaria em um ponto posterior à seleção dos documentos para a preservação e arranjo permanentes”. À luz da abordagem custodial, normas nacionais e internacionais de descrição foram desenvolvidas na década de 1980, como a RAD e a ISAD (G), ambas utilizando o fundo como o primeiro nível de descrição.

40 SISTEMA DE SÉRIES COMO BASE INTELECTUAL DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Embora as ideias de Scott não tenham sido bem aceitas pela comunidade arquivística internacional quando da publicação de seu seminal artigo na *The American Archivist* em 1966, o sistema desenvolvido pelo autor foi de notável significância para o desenvolvimento da teoria arquivística australiana e passou a ser reconhecida no âmbito internacional — mesmo que várias décadas adiante — como de grande importância para a descrição de documentos, para a gestão de documentos digitais e para uma reinterpretação do princípio da proveniência.

Para Cook (1997), a reflexão primordial de Scott foi sobre a constatação de que a tradicional hipótese de relacionamento um-a-um entre os documentos e seu contexto de criação não era mais válida. Ademais, Scott foi responsável por desenvolver um sistema que proporcionava a descrição de múltiplos relacionamentos entre os diversos produtores de documentos e as diversas séries documentais, onde quer que estivessem no continuum da gestão de documentos — nos setores de criação, nos arquivos correntes ou em arquivos permanentes. Com base nas proposições de Scott, os arquivistas australianos passaram a desenvolver o sistema de séries, de modo a adicionar novos relacionamentos. Cook (1997) destaca as contribuições de Scott para a teoria arquivística e o considera o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico.

A contribuição essencial de Scott foi o rompimento (ao invés de uma simples modificação) não apenas com a camisa de força descritiva do recordgroup de Schellenberg, mas com toda a mentalidade sobre a “fiscalidade” dos arquivos em que a maior parte do pensamento arquivístico desde o Manual dos Holandeses esteve implicitamente baseada. Dessa forma, como está finalmente sendo reconhecido, Peter Scott é o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico mundial. Embora ele tenha trabalhado em um mundo de papéis, suas ideias são agora especialmente relevantes para os arquivistas enfrentarem os documentos digitais, onde — assim como no sistema de Scott — a fiscalidade do documento tem uma pequena importância comparada aos contextos multirelacionais de criação e uso contemporâneo. (COOK, 1997, p. 39).

Apenas após quase quarenta anos, houve sinais de que arquivistas europeus e norte-americanos passaram a reconhecer a natureza fluida dos documentos e dos sistemas de gestão de documentos. Laura Millar (2012) destaca a revisão da norma ISAAR (CPF), publicada em 2004, que passou a incorporar uma discussão do ICA acerca de como relacionar registros de autoridade com os atuais documentos arquivísticos, reconhecendo a validade da proveniência múltipla. No caso do Canadá, tem-se a revisão da norma RAD, que passou a permitir tanto o fundo quanto a série como o mais amplo nível de descrição. Em 2006, no intuito de desenvolver sistemas de descrição arquivística flexíveis, o ICA desenvolveu a norma ISDF, com o objetivo de explicar como e porque os documentos são criados e utilizados e mostrar os relacionamentos com funções, atividades e outros documentos. Ainda que mudanças tenham ocorrido, Millar (2012) entende que o foco dos arquivistas ainda continua sendo os fundos como entidades estáticas. Para a autora, os arquivistas britânicos, americanos e canadenses continuam enfatizando os documentos históricos, que chegam às instituições arquivísticas após o término do ciclo de vida dos documentos. Tal fato, de acordo com a autora, vigoriza o

distanciamento entre aqueles que gerenciam documentos correntes daqueles que administram documentos permanentes.

Cunningham (2007) ressalta a inclinação internacional em direção à lógica de utilização de sistemas para o controle intelectual dos documentos baseados em descrições separadas, mas relacionadas, de documentos e do seu contexto de produção. Para o autor, o desenvolvimento da norma ISAAR (CPF), ilustra claramente o redirecionamento do pensamento arquivístico. A primeira edição da norma consistiu em uma tentativa corajosa, porém com falhas, de trazer de volta à discussão proposta por Scott e Maclean décadas antes. Na tentativa de incorporar à descrição arquivística a descrição do contexto de produção dos documentos, o que se viu foi o emprego de mecanismos de bibliográficos tradicionais de controle de autoridade.

A publicação da primeira edição da norma em 1996 pode ser considerada como um marco divisório no desenvolvimento da descrição arquivística internacional, um documento visionário. Entretanto, Cunningham entende que a maior parte dos arquivistas não estava pronta para a utilização do controle de autoridade, tampouco para descrições de contexto separadas. Com o cumprimento da política do ICA de revisar as normas em um período de 5 anos, o Committee on Descriptive Standards iniciou em 2001 o exame da norma ISAAR (CPF) e a publicou com uma articulação mais sofisticada, a fim de que se fossem mais facilmente perceptíveis as vantagens da produção de descrições separadas. A norma baseou-se em três componentes: o controle de autoridade, a descrição das entidades produtoras de documentos e o uso de referências cruzadas — relacionamentos — entre descrições separadas de documentos produzidos por várias entidades.

Além da relevância do sistema para a renovação da descrição arquivística, salientamos a pertinência de sua aplicação na gestão de documentos digitais, mesmo que tal fato jamais fosse imaginado por Scott na década de 1960. Reed (2012) considera que o sistema de séries pode ser utilizado na compreensão da complexidade imposta pela tecnologia. A autora cita a dificuldade em identificar e conceituar a proveniência dos documentos criados por sistemas informacionais complexos e colaborativos compartilhados por múltiplos órgãos. Nesse cenário, o sistema de séries se apresenta como uma forma eficaz de gerenciar esses relacionamentos, de modo a permitir a descrição da realidade complexa. A noção de proveniência paralela articulada por Chris Hurley, a qual consiste na criação de documentos por múltiplos agentes ao mesmo tempo, também pode ser tratada sob a luz do sistema de séries.

O foco no conhecimento do contexto de produção dos documentos passou a ser crucial para a completa significação dos documentos. Hurley (1994) indica que no passado, as mudanças nos sistemas de gestão de documentos e no seu respectivo contexto ocorriam lentamente, de modo a deixar intacta a evidência física no caso de perda ou mutação de um sistema de recordkeeping e das associações contextuais dos documentos. Já no caso dos documentos digitais, tem-se a perda da evidência física, que ocorre simultaneamente à criação dos documentos. De acordo com o autor, para que os documentos tenham significado, o conhecimento do recordkeeping e do contexto de criação é essencial para permitir a sobrevivência dos documentos, haja vista a ausência das características físicas que incorporavam e evidenciavam esse conhecimento. O caráter virtual do sistema é destacado por Reed:

Agora localizado em um mundo digital onde muitas de nossas práticas estão lentamente sendo reveladas como consequência da fisicalidade, estamos tendo que reexaminar quais práticas devem ser mantidas e quais devem ser reconceituadas e substituídas em um mundo digital virtual. O sistema de séries nos fornece modelos para pensar além do físico. O sistema quebrou o nexo de arranjo físico de modo que era, na época, bastante desafiador para muitos implementadores. No entanto, o legado dessa quebra foi a capacitação da habilidade para operar com alguma confiança na evolução do primórdio do mundo digital. (REED, 2012, p. 26).

Reed (2012) notabiliza o papel do sistema ao considerá-lo uma das principais influências ao desenvolvimento da teoria arquivística australiana. A título de exemplo, a autora cita que grande parte da influência exercida pela teórica Sue McKemmish para a literatura arquivística australiana tem base conceitual no sistema de séries, sobretudo no que corresponde ao projeto de pesquisa SPIRT RecordkeepingMetadataResearch Project realizado em 1998–1999, que forneceu subsídios teóricos para o desenvolvimento de normas relacionadas à padronização de metadados, tendo em destaque a ISO 23.081 – Records Management Processes of Metadata.

O reconhecimento da relevância de Scott para a criação do sistema é unânime. Entretanto, há de se destacar os esforços despendidos pela comunidade arquivística australiana na sua aplicação prática e no seu aperfeiçoamento teórico ao longo dos anos. McKemmish, Reed e Piggott (2005) destacam o papel de Chris Hurley como um importante responsável pela exploração de todo o potencial do sistema de séries. Para Hurley (2008), o *australian system* não pode ser entendido somente com base nos artigos de Scott, muito menos pela prática descritiva na Austrália. Duranti e Franks (2015) entendem que o

entendimento e a implementação do sistema foram dificultados em virtude da ausência de um manual formal ou de uma codificação para o uso geral do sistema. Essa lacuna foi ocupada em 2007, quando o Australian Society of Archivists Committee on Descriptive Standards publicou o manual *Describing Archives in Context: A Guide to Australasian Practice*.

Duranti e Franks (2015) compreendem que o caráter fundamental do sistema de séries, o qual foi bastante criticado à época de sua criação, consistia no desejo de se desenvolver um sistema de controle de documentos integrado — em vez de desconectado — ao mundo do recordkeeping corrente. As autoras atribuem a Maclean a condição de oponente vitalício a qualquer tendência de desconexão entre records e archives. Conforme destacado por Cunningham (2010), Scott atribui o grande entusiasmo de Maclean com o sistema não apenas à solução apresentada para os problemas causados pelas mudanças administrativas, mas à visão de controle intelectual dos documentos não limitada ao entendimento custodial tradicional, fato que torna Maclean um precursor da abordagem do continuum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos claro que o conceito foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento arquivístico australiano, moldando-o de forma peculiar a partir de uma noção de proveniência menos atrelada a ordenação física e mais intelectual. Tal virtualidade proporcionou os insights necessários à percepção de documentos desafixados de espaços e tempos determinados. Sobre as críticas recebidas por Scott, concordamos que a visão elementar de proveniência, firmada na simples relação um a um entre produtor e os documentos constitui-se em um desrespeito ao princípio da proveniência, sendo fundamental para a sua plena obediência a incorporação de elementos referentes aos contextos de produção e uso.

Ressaltamos que as ideias de Scott foram bastante revolucionárias para a época em que surgiram. A aplicação dessas ideias a um ambiente não vislumbrado e com documentos integralmente distintos – documentos digitais – dos trabalhados na década de 1960 creditam a Scott, com louvor, a atribuição de primeiro pós-custodial da história da Arquivologia. No que tange ao modelo de descrição arquivística tradicional – hierárquico, multinível, linear e focado no controle físico dos documentos --, Scott exerceu papel fundamental em sua desconstrução. A utilização de um sistema orientado para a descrição de documentos dissociada da descrição do contexto de produção, utilização e manutenção, fornece os

subsídios necessários para que seja assegurada a preservação e o entendimento posterior de todo o sistema de recordkeeping.

Verificamos a utilização da abordagem de Scott sobretudo no processo de revisão das normas de descrição do ICA, inclusive como referencial teórico para a construção do modelo conceitual Records in Contexts (RIC-CM), que propõe a integração e inter-relação das normas de descrição existentes em uma descrição multidimensional que leva em consideração a descrição dos fundos em um ambiente mais amplo, relacionando-o a outros fundos, pessoas, funções etc. Constatamos, assim, que o entendimento do sistema de Scott, na época em que foi criado, demandava a existência de um ambiente complexo em que os documentos apresentassem a virtualidade exigida pelo controle intelectual. Fator impossível, haja vista o advento dos documentos digitais somente décadas mais tarde.

Logo, acreditamos como fundamental o entendimento do sistema desenvolvido por Scott, inclusive por meio da análise do seu contexto de surgimento. As ideias de Scott mostram-se bastante atuais, tendo em vista sua aplicação na formulação de novas estratégias para a descrição de documentos em ambientes complexos. Por fim, tendo em vista a pouca interlocução com a Arquivologia australiana, julgamos relevante destinar o devido reconhecimento aos importantes trabalhos de Peter Scott.

REFERÊNCIAS

COOK, T. (1997). What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, 17–63.

COSTA FILHO, C. M. A. (2016). **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo**: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

CUNNINGHAM, A. (2005). Archival Institutions. In: Mckemmish, S. et al. (Ed.). *Archives: recordkeeping in society*. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24, pp. 21–50). Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University.

_____. (2007). **O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística**: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). *Acervo*, Rio de Janeiro, 20, 77–92.

_____. **Ways of seeing**: contextualising the continuum. (2010). *Records Management Journal*, 20 (1), 41–52

_____. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. (2012). In: International Council on Archives Congress, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance.** Recuperado em 20 fevereiro, 2017. Disponível em:
<<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>

DURANTI, L.; Franks, P. C. (Ed.). (2015). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield.

FENYO, M. The record group concept: a critique. (1966). **The American Archivist**, v. 29 (2), 229–239.

HURLEY, C. The Australian ("Series") System: an exposition. (1994). In: Mckemmish, S.; Piggot, M. (Ed.). **The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years.** (pp. 150–172) Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives.

_____. **What, If Anything, Is the Australian Series System?** (2008).
. Disponível em:
<<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/ch-australian-system.doc>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MCKEMMISH, S.; Reed, B.; Piggot, M. (2005). The Archives. In: _____. et al (Ed.). **Archives: recordkeeping in society.** Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. pp. 159–196. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

MILLAR, L. (2012). An unnecessary complication: international perspectives on Peter Scott's series system. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance.** Disponível em:
<<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.

REED, B. (2012). Standing on the shoulders of giants: the legacy of Peter Scott's archival thinking. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing.** <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 6 mar 2017.

SCOTT, P. J. (1966). The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29 (4), 493–504.

SMITH, C. (1995). The Australian series system. **Archivaria**, v. 40, 86–93.